

**MULHERES E GUERRA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO
ARSENAL DE GUERRA DE PORTO ALEGRE DURANTE A
GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI**

**WOMEN AND WAR: A CASE STUDY FROM THE PORTO
ALEGRE WAR ARSENAL DURING THE TRIPLE ALLIANCE
WAR AGAINST PARAGUAY**

**MUJERES Y GUERRA: UN ESTUDIO DE CASO DEL ARSENAL
DE GUERRA DE PORTO ALEGRE DURANTE LA GUERRA DE
LA ALIANZA TRIPLE CONTRA PARAGUAI**

Paola Natalia Laux*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo, em seu escopo mais amplo, abordar a atuação de mulheres no esforço de guerra da contenda contra o Paraguai, especificamente nas atividades do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Através da análise de correspondências da direção da instituição militar com a Presidência da Província e de relatórios ministeriais e presidenciais, buscou-se discutir diferenças e semelhanças entre a contratação de mulheres para a execução de trabalhos manuais e as doações advindas de entidades e grupos femininos. A partir do enfoque no lugar social dos indivíduos, atentando para aspectos relacionados à condição matrimonial, econômica e os papéis sociais de gênero, por exemplo, identificou-se de que forma essas questões podem ter influenciado no tipo de relação (de trabalho ou não) estabelecida com o Arsenal durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Palavras-chave: Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Mulheres.

Abstract: The present work has the main goal, in its broadest scope, address the role of women in the war effort to fight against Paraguay, specifically in the activities of the Porto Alegre War Arsenal. Through the analysis of correspondences of the direction of the military institution with the President of the Province and of ministerial and presidential reports, sought to discuss the difference and similarities between hiring a woman to carry out manual work and donation from female entities and groups. From the focus on the social places of individuals, paying attention on the aspects related on the marital condition, economic and gender social roles, for example, it was identified how this issues may have influenced the type relationship (working or not) established with Arsenal during the Triple Alliance War against Paraguay.

Keywords: Porto Alegre War Arsenal. Triple Alliance War against Paraguay. Women.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo, en su ámbito más amplio, abordar el papel de la mujer en el esfuerzo de guerra para luchar contra Paraguay, específicamente en las actividades del Arsenal de Guerra de Porto Alegre. A través del análisis de las correspondencias entre el liderazgo de la institución militar y la Presidencia de la Provincia y los informes ministeriales y presidenciales, buscamos discutir las diferencias y similitudes entre la contratación de mujeres para realizar trabajos manuales y donaciones de entidades y grupos de mujeres. Desde el enfoque en el lugar social de las personas, prestando atención a los aspectos relacionados con el matrimonio, la condición económica y los roles sociales de género, por ejemplo, se identificó cómo estos problemas pueden haber influido en el tipo de relación (laboral o no) establecido con el Arsenal durante la Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay.

Palabras clave: Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay. Mujeres.

Introdução

Analisar a presença e atuação de mulheres em contextos de conflitos bélicos pode apresentar, sobretudo para as contendas anteriores às duas Guerras Mundiais, algumas dificuldades empíricas, em virtude dos “silêncios” das fontes. O presente artigo, que busca discutir as relações entre o Arsenal de Guerra de Porto Alegre¹ e as mulheres que operaram no esforço para a Guerra da Tríplice Aliança, é um exemplo dessa questão. O conjunto documental utilizado diz respeito à correspondências trocadas entre esferas políticas e militares, na província e na Corte, além de relatórios presidenciais e ministeriais. Nesse sentido, o papel desempenhado pelas mulheres na conjuntura aqui estudada é analisado a partir da forma como essa presença e atuação foi discutida e registrada pelos homens que estiveram à frente das instituições.

Tendo em vista os problemas advindos de generalizações, buscamos discutir quem são essas mulheres, enfocando o lugar social desses indivíduos e no modo como os aspectos relacionados à condição matrimonial e econômica podem ter influenciado na relação (de trabalho ou não) estabelecida entre elas e o Arsenal. Além disso, levando em consideração as proposições de Joan Scott (1995), evidenciamos como os papéis sociais de gênero foram distendidos e/ou reforçados no contexto de guerra. Para tanto, este texto está dividido em três momentos, sendo o primeiro destinado à uma contextualização da instituição militar e o seu papel durante a guerra contra o Paraguai. No segundo, teceremos discussões acerca de como a historiografia, em especial a brasileira, registrou a presença feminina na Guerra da Tríplice Aliança, para, por fim, no

terceiro momento, discutir a atuação das mulheres a partir do Arsenal de Guerra de Porto Alegre e a flexibilização e/ou reforço dos papéis de gênero em contextos bélicos.

Arsenal de Guerra de Porto Alegre na Guerra da Tríplice Aliança

Os primórdios da instituição Arsenal de Guerra remontam ao século XVIII, servindo, até a chegada da família real portuguesa, apenas como depósito de artigos bélicos (CASTRO, 2017). Após 1808, diversos órgãos foram criados com o objetivo de suprir as necessidades do Exército e da Marinha, como os arsenais e as fábricas de ferro e pólvora. Até então, o Brasil importava o seu armamento, mas com a expansão e melhoramento do Arsenal de Guerra da Corte tornou-se possível o feitiço e manutenção de alguns desses itens em solo nacional, como os canhões, por exemplo (CASTRO, 2017).

No caso do Rio Grande do Sul, a documentação contida no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul aponta para a existência do Trem de Guerra em Porto Alegre a partir de 1811,2 entretanto, segundo aponta o historiador Adler Castro, “foi erguido um trem na capitania em 1777” (2017, p. 306). De qualquer modo, é somente em 1832, através de um dispositivo legal datado de 21 de fevereiro, que o Arsenal de Guerra de Porto Alegre passa a existir enquanto instituição.³ O mesmo regulamento instituía os arsenais das províncias do Pará, da Bahia, de Pernambuco e do Mato Grosso. Dentre as normas determinadas pelo regulamento estão a organização administrativa da instituição, a relação das oficinas e a sua classificação, além disso, ele estipula as regras para admissão dos menores aprendizes e de seus pedagogos,⁴ entre outras questões de cunho burocrático-administrativo.

Ainda que através dessa legislação seja possível ter noção de quais eram as funções dos arsenais, ela foi escrita décadas antes do conflito contra o Paraguai e não previa os aspectos produtivos da instituição, tampouco as especificidades possivelmente encontradas nos arsenais das diferentes províncias. Por isso, parece importante clarificar essa questão, sobretudo para o contexto aqui abordado, tendo em vista as circunstâncias extraordinárias geradas com uma guerra. Através da análise de relatórios e correspondências, podemos elucidar acerca do papel desempenhado pelo Arsenal de Porto Alegre em particular. Exemplo disso é o relatório apresentado pelo Ministro e

Secretário de Estado dos Negócios de Guerra, Dr. João Lustoza da Cunha Paranaguá, para a Assembleia Geral, em 1868. De acordo com Paranaguá,

os arsenaes de guerra das provincias, nos limites das suas attribuições, vão preenchendo, como devem, as suas obrigações. [...] Os arsenaes da Bahia e Pernambuco são desnecessarios, pois quasi tudo que devem fornecer a essas provincias lhes é remettido do arsenal de guerra da côrte. Supprimir, portanto, estes dous arsenaes, limitar os das provincias do Pará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, sómente ás proporções reclamadas pelas necessidadesde suas localidades e das respectivas fronteiras, conservar todos os que ficarem existindo as officinas próprias ao fabrico do material de guerra propriamente dito.⁵

A partir da escrita do ministro, vemos que é colocada a necessidade de manter os arsenais de guerra do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso, algo que pode ser pensado aqui como uma estratégia que visa diminuir os gastos com transporte dos artigos produzidos nas instituições, deixando ativas aquelas que estão geograficamente mais próximas do *front*. Além disso, no mesmo relatório, Paranaguá enaltece a importância da guerra que está sendo sustentada devido a “desafrenta da honra nacional”, se utilizando disso para corroborar a ideia de que os arsenais de guerra do país devem ser reformados e ter seus regulamentos revistos, inclusive para que os operários tenham melhores salários.⁶

Sendo assim, de modo geral, o Arsenal de Guerra pode ser entendido como uma organização cuja função era “fornecer para o Exército armamento, todas as munições de guerra, fardamentos e equipamentos ali fabricados ou vindos do exterior. Era, portanto, fábrica e depósito” (FIGUEIRA, 2001, p. 90). Nesse sentido, a instituição tem atuação preponderante na logística das forças armadas, tanto em tempos de paz, quanto em momentos de conflito. Contudo é, sobretudo, nos contextos de conflito, que o arsenal vê suas demandas aumentadas e se articula para prover as necessidades dos corpos destacados.⁷

Nesta conjuntura de ampliação das necessidades produtivas ocasionadas pela guerra, optamos por analisar a atuação das mulheres no AGPA, tendo em vista que a instituição recorre à mão-de-obra e produção civis, para suprir algumas demandas, principalmente para a questão dos fardamento.⁸ No relatório escrito por Paranaguá e mencionado acima, é possível ver algumas dessas questões:

no começo da guerra seguio-se a pratica estabelecida de proceder-se em concurrencia a compra da materia prima precisa para a promptificação dos diversos supprimentos, por meio da sua manufacturação nas officinas respectivas do arsenal, onde reparti-se parte dos fardamentos pelas costureiras, a que se distribuição em peças cortadas, e se pagava o feitorio pelos mesmos preços da tabella de empreitadas da officina de alfaiates do arsenal.⁹

Com base nesse excerto vemos que, além do trabalho dos alfaiates do Arsenal, haviam costureiras que executavam esses serviços a preços tabelados, recebendo os tecidos já cortados. Novamente, o ministro está se referindo às práticas realizadas pelo Arsenal de Guerra da Corte. Isso nos instiga a buscar menções dessas práticas no Arsenal da província do Rio Grande do Sul. A utilização de trabalhadores e trabalhadoras civis para o suprimento das guerras é algo recorrente nos conflitos modernos e está inserida dentro de uma lógica de esforço de guerra, onde a população dos países beligerantes deve contribuir para sanar as necessidades da *pátria*.¹⁰

Para além do período abordado aqui, encontramos referências a esta prática durante a Guerra dos Farrapos. No livro *O Império e as revoltas*, de José Iran Ribeiro, há menção à um relatório do presidente da província Saturnino de Oliveira tratando da produção de fardamentos por alfaiates e costureiras (2013, p. 128). A presença de costureiras trabalhando para o Arsenal também é citado por Hilda Flores em seu livro *Mulheres na Guerra dos Farrapos* (2013), onde a autora afirma que as mulheres eram pagas por peças feitas e que, apesar do pagamento baixo, era bem vindo nos tempos da guerra. Entretanto, devido aos objetivos deste trabalho, nos interessa buscar referências acerca da atuação das mulheres na Guerra da Tríplice Aliança.

As mulheres na Guerra da Tríplice Aliança

Quando recorremos à historiografia brasileira em busca da presença de mulheres no maior conflito da América do Sul, nos deparamos com alguns problemas. A historiografia tradicional, memorialista e cultuadora de homens viris pouco traz menções às mulheres e, quando o fazem, isto acontece de forma preconceituosa e pejorativa. Este aspecto foi apontado por Ana Maria Colling (2014), ao discutir a invisibilidade das chinas gaúchas nos trabalhos sobre a guerra contra o Paraguai. Segundo a historiadora, a história das mulheres na guerra segue “marginalizada, desqualificada e esquecida” (2014, p. 8).

As mesmas obras memorialistas (CERQUEIRA, 1980; TAUNAY, 1921) citadas por Colling apontam para o grande número de mulheres que acompanhavam os combatentes, mas nada sobre as suas ações. De acordo com esses escritos, os comandantes brasileiros tinham conhecimento da presença de mulheres e “reconheciam que o Exército brasileiro não marchava, não lutava, não avançava sem a presença feminina” (COLLING, 2014, p. 3). Para o historiador Luc Capdevila (2004), os oficiais brasileiros facilitaram a presença de esposas e crianças ao lado da tropa como forma de tentar limitar os pedidos de baixa e as deserções. Ou seja, ainda que elas estivessem presentes e desempenhando papéis importantes, pouco se registrou, pouco se escreveu.

A historiadora Hilda Flores também trabalhou com as mulheres na Guerra do Paraguai (2010), sobretudo com quatro mulheres, mas buscou mencionar as enfermeiras, costureiras e prostitutas que seguiam os exércitos nas campanhas. A partir das mulheres trabalhadas por Flores, podemos perceber que, por vezes, trabalhar com história das mulheres em contextos belicosos, as coloca em caráter de excepcionalidade, quando a regra sempre havia sido as mulheres presentes nas campanhas de guerra.¹¹

Nos casos apresentados por Flores, as mulheres eram da elite ou haviam tido alguma ação heroica, desse modo, tiveram suas histórias e seus nomes registrados, possibilitando que algumas de suas vivências pudessem ser conhecidas por nós. Jovita Alves Feitosa, se voluntariou como homem, foi descoberta e não chegou a lutar, mas foi utilizada como propaganda patriótica pelo Estado, o que possibilitou que suas ações fossem registradas. No ano de 2013, ela foi inserida no Livro dos Heróis Nacionais.¹²

Rosa Maria Paulina Regadas da Fonseca, que teve os sete filhos lutando no conflito, entre eles Hermes da Fonseca, senhora de elite e mãe de um futuro presidente da República também aparece na obra. Recentemente, ela foi instituída patrono da família militar, compondo assim o rol de patronos/as do Exército Brasileiro, juntamente com Maria Quitéria, patrono do Quadro Complementar de Oficiais.¹³ Outra personagem abordada por Flores foi Elisa Lynch, companheira de Solano López. Mais uma vez podemos considerar que a posição social ocupada por ela facilitou o registro de sua vida. Por fim, a historiadora trabalha com o caso de Maria Francisca da Conceição, mulher que acompanhou o marido nas campanhas, sendo “vivandeira”, termo usado para designar as mulheres que acompanhavam as tropas levando e/ou vendendo

mantimentos.

Sendo assim, em grande medida, as mulheres que saíram do anonimato, que se destacaram e tiveram suas ações registradas pertenciam a elite ou tiveram algum feito “heroico” (SANTOS; MARIANO, 2009). Mas, para além dessas, existiu uma massa de Marias, mulheres que cotidianamente estiveram nas campanhas trabalhando ou acompanhando filhos e companheiros. Uma massa de mulheres sem nome, que, para a história são as lavadeiras, costureiras, prostitutas. Nesse sentido, vale destacar que muitas dessas mulheres seguiram as tropas realizando trabalhos com os quais já estavam habituadas, pois os praticavam fora daquele contexto. Estudos que tem como foco o cotidiano das cidades e seus indivíduos durante o Império, como o de Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), relatam abordam a presença de mulheres pobres, livres e libertas realizando essas atividades.

Tendo como ponto de partida a pouca visibilidade do feminino na guerra contra o Paraguai, Maria Teresa Garritano Dourado (2002) analisa como a historiografia tratou a participação das mulheres neste conflito e constrói sua dissertação apresentando e discutindo a atuação de diversas personagens femininas daquele contexto. A autora salienta os problemas relacionados à fontes e bibliografias para trabalhar com essa temática para o caso brasileiro. Por outro lado, afirma que “a participação da mulher na guerra foi intensa e longamente registrada pela historiografia paraguaia” (DOURADO, 2002, p. 29). De fato, quando buscamos por produções acadêmicas acerca das mulheres nesta guerra, encontramos trabalhos que tem como foco as mulheres paraguaias, como estas foram representadas pela imprensa e pelos viajantes, inclusive com pesquisas que discutem essas representações a partir de uma perspectiva de gênero (ORTOLAN, 2004 e 2010; CAPDEVILA, 2007; ZAMBONI, 2012).

Parece necessário tecer alguns comentários acerca das possíveis motivações que levavam diferentes mulheres à seguir as tropas em marcha. Para as mulheres pobres, as necessidades econômicas parecem ser o grande indicativo, mas quando pensamos na participação das mulheres da elite, a explicação recorrente é a de uma necessidade afetiva e maternal. Desse modo, mesmo quando se trabalham as mulheres na guerra, há dificuldade em se desprender de um olhar que impõe a elas o espaço do que é sentimental, zeloso e maternal.

Seguindo com o proposto nos nossos objetivos, podemos separar a presença feminina na guerra contra o Paraguai em dois tipos: a atuação junto às forças combatentes, como mencionado acima, e o trabalho realizado longe do *front*, na produção de artigos para os combatentes, por exemplo. Nesse sentido, o trabalho de Maria Dourado (2002) menciona brevemente sobre as mulheres contratadas pelo Arsenal de Guerra de Cuiabá, como costureiras e lavadeiras, ou seja, um trabalho longe das linhas de frente, mas para a guerra.

Assim como Dourado, Marcelo Rodrigues (2004) também escreveu sobre a atuação das mulheres, com especial atenção para as sertanejas da Bahia. A partir de seu texto é possível perceber a presença feminina no *front*, mas também as doações de vestuário e as viúvas que atuavam como “negociantes, costureiras, quituteiras, donas de casas, vivendo da renda deixada pelos falecidos maridos, assim como de seus próprios bens” (RODRIGUES, 2004, p. 4). Novamente, temos o trabalho das costureiras sendo mencionado pela historiografia, mas, além dele, outro aspecto apresentado por Rodrigues está diretamente ligado à este artigo: a questão das doações feitas por mulheres.

Sendo assim, o próximo momento do texto será dedicado a discutir a atuação feminina no Arsenal de Guerra de Porto Alegre, de modo a refletir acerca da relação desses indivíduos com a instituição militar e tecer comentários sobre a flexibilização e/ou reforço dos papéis sociais de gênero em contextos bélicos.

Papéis de gênero e a atuação das mulheres a partir do Arsenal de Guerra de Porto Alegre

Como foi mencionado anteriormente, Dourado (2002), Flores (2010, 2013) e Ribeiro (2013) trouxeram em suas pesquisas, ainda que de forma breve, as mulheres que realizavam costuras para os arsenais de Mato Grosso e Porto Alegre, respectivamente. Outro autor já abordado aqui, Adler Castro (2017), também registrou a atuação de mulheres no Arsenal de Guerra da Corte, não apenas como costureiras, mas em outras atividades, inclusive técnicas, algo “único em todas as manufaturas do governo” (CASTRO, 2017, p. 294-295), uma vez que o ensino de um saber técnico era reservado

aos homens. Voltaremos a este ponto mais tarde.

Para pensar o papel das mulheres no Arsenal de Porto Alegre, é importante que se diga que entendemos as atividades dessa instituição como preponderantes para a guerra, uma vez que a logística por ela desempenhada é, junto com a tática e a estratégia, o tripé da arte da guerra (DUARTE; PROENÇA, 2005). Desse modo, os trabalhadores e trabalhadoras que atuaram no ou através do Arsenal, tem, de modo *efetivo*, participação na guerra, pois esta é feita de batalhas, mas não somente delas. Entretanto, dentro dos conflitos, parece haver um espaço estabelecido para as mulheres e este é o da logística.

Com o objetivo de trabalhar a conscrição em massa para a *guerra total*, Adler Castro (2017) usa o decreto que instituiu o serviço militar na França Revolucionária. Este dispositivo também pode ser utilizado para pensar os papéis sociais de gênero – e de geração – na guerra:

Deste momento, até quando o inimigo tenha sido expulso do solo da República, todos os franceses estão sob requisição permanente para o serviço dos exércitos. Os jovens irão ao combate; os casados forjarão as armas e transportarão provisões; as mulheres farão tendas, roupas e servirão nos hospitais; as crianças desfiarão roupas velhas em estopa; os idosos irão às praças públicas, para encorajar os guerreiros, pregar o ódio aos reis e a unidade da República. Os prédios públicos serão convertidos em quartéis, as praças públicas em oficinas de armas, o solo dos porões será lixiviado para extrair o salitre (DUVERGIER apud CASTRO, 2017, p. 104).

A partir desse trecho é possível ver que a França do pós-Revolução Francesa pensava a atuação das mulheres em momentos de conflito no âmbito das atividades de suprimento e com trabalho considerado feminino, o de costurar. Entretanto, as próprias ações da Revolução contaram com a ação de mulheres nas manifestações e lutas armadas (MORIN, 2009).

O historiador Lucas Capdevila e a historiadora Dominique Godineau (2004), ambos franceses, afirmam que as atribuições mais comuns de organização da diferença entre os sexos nas sociedades humanas foi colocar as atividades bélicas ao lado dos homens e a procriação do lado das mulheres. É necessário tecer alguns comentários sobre esse aspecto. A guerra pertence ao espaço público, da violência e da virilidade. Para o pesquisador Joshua Goldstein (2001), as pequenas diferenças biológicas entre seres humanos femininos e masculinos não podem ser entendidas como principal razão

para que diversas sociedades estabelecessem papéis sociais de gênero na guerra de forma muito aproximada. Segundo o Goldstein, são as normas culturais que relacionam virilidade e violência com masculinidade.

Parece interessante considerar esse aspecto da determinação cultural pelo viés de que, talvez, o que se busca não é definir o espaço do masculino, na violência e na guerra, mas que o objetivo possa ser de marcar qual é o não-lugar da mulher em algumas sociedades. Quando pensamos em Esparta e seu modelo de cidadãos-soldados, onde a função militar estava diretamente ligada à cidadania e atuação política, podemos entender que isto colocava a mulher fora da condição de cidadã. Outro aspecto relevante que devemos considerar é o apagamento da atuação de mulheres guerreiras quando, para alguns contextos, isso é uma realidade. Há de se pensar no possível receio de que mulheres pudessem assumir uma condição de combatentes e o que isso poderia alterar nas representações de gênero. Tania Swain (2007) discute essa questão ao abordar como a ideia da existência das Amazonas esteve, ao longo do tempo, condicionada às essas representações. Desse modo, segundo a autora, as mulheres guerreiras, que vivem em bandos e sem homens acabariam sendo, na lógica das definições culturais de gênero, apenas um fruto do imaginário e não do possível.

Também nesse sentido, quando analisamos teorias relativas à guerra, como as propostas por Clausewitz (1996 [1832]) e Foucault (1999), onde ambos relacionam, ainda que de forma oposta, a guerra como forma de ações políticas, podemos perceber novamente o afastamento da mulher da condição de indivíduo com agência política. Ou seja, além da violência e virilidade serem atreladas à masculinidade, o espaço da guerra e, portanto, do âmbito público, é afastado da feminilidade na medida em que o serviço militar e os conflitos estão diretamente ligados à política e ao exercício da cidadania.

Porém, mesmo com essas definições, nos períodos de conflitos armados alguns limites são alargados, enquanto alguns lugares são reforçados. Como vimos através dos trabalhos citados anteriormente, as mulheres participaram da guerra contra o Paraguai e de tantas outras, algumas (pois é o que se tem registro) pegaram em armas, enquanto outras atuaram na logística desses confrontos ou acompanhando as tropas por “necessidades econômicas ou afetivas”. Sendo assim, por mais que a guerra esteja no âmbito público, os conflitos sempre contaram com a presença feminina.

Novamente, historiadoras e historiadores que pretendem trabalhar com essa temática, pelo menos para o caso aqui estudado, esbarram na escassez de registros, sobretudo das esferas oficiais. Como veremos a seguir, para constituir este pequeno trabalho, foi necessário explorar uma extensa gama de fontes, para então, encontrar pequenas referências às ações de mulheres junto ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre.

Ao contrário do que foi apontado pelo historiador Adler Castro (2017), para o caso do Arsenal de Guerra da Corte, não há registro de mulheres que atuaram *dentro* do Arsenal de Porto Alegre.¹⁴ No Rio de Janeiro, mulheres escravizadas estiveram presentes nos trabalhos da instituição desde, pelo menos, a década de 1830. Elas “eram as esposas dos africanos livres e escravos da nação, empregadas em serviços domésticos, especialmente na lavagem de roupa dos Aprendizes Menores” (CASTRO, 2017, p. 510-511).

É importante, neste momento, fazer as ressalvas em relação a categoria mulher e a sua universalização. Quando dizemos que mulheres que ocuparam espaços de trabalho no século XIX estão transgredindo seus papéis sociais de gênero, estamos vendo apenas a mulher branca e, por vezes as abastadas. As mulheres negras, livres, libertas ou escravizadas e as mulheres brancas pobres sempre trabalharam, como nos exemplifica o excerto acima. Além disso, como apresentou Joana Maria Pedro, para o caso do Rio Grande do Sul,

a existência de inúmeros conflitos e batalhas realizados neste território deu aos homens destaque nas atividades políticas e nas guerras. Entretanto, a ausência masculina no lar exigiu que as mulheres assumissem a direção dos empreendimentos e mantivessem a sobrevivência familiar, transpondo assim os limites das tarefas definidas usualmente para o seu sexo (2017, p. 208).

Com base nesses últimos apontamentos, podemos inferir algumas questões. As mulheres que trabalhavam no Arsenal da Corte, segundo Adler Castro (2017), eram todas escravizadas, ou seja, mulheres que sempre executavam atividade produtiva. Ainda assim, vemos os marcadores de gênero se colocando neste trabalho: estavam ali por serem esposas de homens escravizados ou livres que também exerciam alguma atividade no Arsenal da Corte e estavam destinadas às atividades domésticas, como a de lavagem de roupas.

Quando pensamos quem são as mulheres que atuaram no Arsenal de Porto

Alegre, infelizmente, temos poucas referências. Desse modo, a sua atuação, segundo a base empírica dessa pesquisa, se deu através de doações realizadas para o AGPA e na distribuição de costuras feitas pela organização, ambos já mencionamos para outros contextos.

A demanda de fardamento para os combatentes da guerra contra o Paraguai aumentou a necessidade produtiva do Arsenal de Porto Alegre que, na década anterior, recebia o fardamento produzido na Corte e realizava apenas o trabalho de distribuição (CASTRO, 2017). Para sanar as urgências do conflito, esses artigos foram produzidos pelos alfaiates e menores dentro das oficinas do Arsenal, foram comprados através de editais públicos, encomendados da Europa, foram doados e costurados por mulheres fora da instituição (LAUX, 2017).

As doações

As doações estão inseridas no esforço de guerra, questão bastante conhecida através dos Voluntários da Pátria, mas também é onde podemos encontrar a presença feminina. Desse modo, mulheres ofereceram ao Estado calças, blusas, bonés, entre outros artigos necessários para vestir os combatentes. De acordo com correspondência enviada pelo diretor do AGPA para a Presidência da província, há pedido para que se aceite as doações oferecidas pela Associação Particular de Mães Cristãs, que disponibilizaram-se a costurar 500 pares de calças ou camisas.

Para vislumbrar melhor, transcrevemos a carta que as mulheres remeteram ao Arsenal:

As abaixo assignadas [...] senhoras da Associação particular das Maes Christãs offerecem-se nesta dacta ao Exmo. Snr. Prezidente para costurar gratuitamente quinhentos pares de calças ou camizas para fardamento do exercito, e como antes da contestação, poderá V. Sa. carecer da realização de nossa offerta. As abaixo assignadas vem repetil-a à V. Sa. obrigando-se à receber e apromptar o ditto nº de peças desde que V. Sa. lhes manda distribuir quer seja em grosso, quer em porções sucessivas a medida que o Arsenal precise. Por tanto, e movidas no mais sincero patriotismo. A V. Sa. pedem que haja de lhes fazer a graça d'acceptar a offerta e distribuir-lhes as referidas costuras. [Assinam] Francisca Lopes Teixeira Bastos; Mathilde Barreto Pereira; Maria L. Lopo Teixeira Bastos; Michaela Betbeze d'Oliveira Nerý; Maria Aldina d'Araujo Ribeiro; Thereza Emilia de Lima; Aurelia Teixeira Bastos Santos; Delfina Roza d'Araujo; Francisca Bezerra Heinrelmann [sic]; Rita Emilia Rodrigues Barreto. Porto Alegre, 7 de Março 1865.”¹⁵

A primeira coisa que se deve abordar acerca da fonte citada acima é o fato de as mulheres não assinarem, de fato, o documento, uma vez que todos os nomes são escritos com a mesma letra. Seriam estas mulheres analfabetas ou foi apenas uma opção? Infelizmente este é um aspecto que não possuímos subsídios empíricos para inferir uma resposta. A única mulher a quem encontramos outras menções é Michaela Betbeze d'Oliveira Nerÿ, que tem seu nome citado em um decreto de 1845, acerca de pensão pelo falecimento de seu esposo, o Brigadeiro Felipe Nery de Oliveira.¹⁶

Mesmo carecendo de informações, arriscamos algumas considerações acerca do local social dessas dez mulheres. O fato de estarem disponíveis para costurar de forma gratuita essa grande quantidade de fardamentos sugere que sejam mulheres que não precisam desempenhar trabalho remunerado, ou seja, pertencentes a um estrato social mais favorecido. Outro aspecto são as intenções contidas no ato de doar e de colocar os seus nomes em um documento que será remetido para autoridades militares e políticas. Podemos sugerir que se trata de tentativas de obter certo prestígio, de se tornarem visíveis no espaço público e atuantes naquele contexto, não só por estarem “movidas pelo mais sincero patriotismo”.¹⁸ Nesse sentido, é importante destacar que Michelle Perrot, ao analisar a França do oitocentos que a caridade e a inserção em associações era “sair moralmente dos papéis designados” (2005, p. 280). Ou seja, “as mulheres souberam apossar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados, para desenvolver sua influência junto às portas do poder” (PERROT, 2005, p. 279).

Outra menção à doações encontrada nas correspondências enviadas do Arsenal para o presidente da província advém de uma instituição que, segundo relatórios da Presidência, na década de 1860 estivera sob o comando de pelo menos dois asilos de educar meninas. O diretor do AGPA escreve:

tenho a honra de submeter a consideração de V. Exa. o incluso requerimento das Irmãs da congregação do Sagrado Coração de Maria em que oferecem ao Estado, com suas educandas, o trabalho gratuito de suas agulhas para manufacturarem mensalmente o nº de peças de fardamento que permittirem suas forças em quanto durar as urgentes necessidades do Exercito”.¹⁹

Segundo relatórios presidenciais, essa congregação esteve à frente dos chamados asilos, espaços de caridade que recebiam meninas para serem educadas.²⁰ Até 1860, foi

responsável pelo Asylo de Santa Leopoldina, em Porto Alegre²¹ e, ao que tudo indica, no momento em que ofertaram as costuras, administravam o Asylo de Nossa Senhora da Conceição e o Asylo do Coração de Maria, nas cidades de Pelotas e Rio Grande, respectivamente.²² O fato desses estabelecimentos serem subvencionados pela província deve ser levado em consideração. Esse aspecto institucional é relevante quando pensamos nas motivações que levaram estas mulheres a realizarem a oferta ou, até mesmo, se podem ter sido, de alguma forma, incitadas a trabalhar para o Estado que as provém.

Uma vez que as irmãs oferecem o trabalho de suas educandas, nos parece necessário discutir, além da sua proveniência, algumas questões internas do asilo, como suas atividades. De acordo com Alessandra Schueler (1999), o currículo nos educandários femininos costumava contar com a doutrina cristã, a leitura, a escrita e o cálculo elementar, acrescidos das aulas de agulha, bordados e costura. Os papéis sociais de gênero na sociedade ficam ainda mais evidentes quando pensamos na atuação dos meninos nas mesmas condições. Segundo Maicon Lopes dos Santos (2018), o Arsenal de Guerra de Porto Alegre possuiu duas Companhias de Menores Aprendizizes, oriundos da roda dos expostos da Santa Casa, dos aldeamentos indígenas, de famílias pobres e meninos órfãos, ou seja, situação bem próxima a dos asilos femininos (DIEHL, 2018). Esses meninos também trabalharam nas atividades do Arsenal, pois lá estavam para aprender um ofício, como alfaiataria, carpintaria, latoaria, etc (SANTOS, 2018).

Com isso, parece fácil entender o que gera o apontamento de Adler Castro citado anteriormente, onde o autor fala na situação rara de mulheres executando trabalhos técnicos no Arsenal da Corte. Elas não possuíam espaços de ensino – ainda que o Arsenal seja, também, espaço de trabalho – para aprender um ofício, algo que a tornasse mão-de-obra minimamente qualificada para um trabalho no âmbito público. Desse modo, tendo em vista o que era ensinado nos asilos de meninas, a escolha dos itens para doação parece se justificar.

Acerca das doações, num âmbito geral, podemos tecer alguns comentários. O primeiro deles diz respeito à ausência de mulheres nas listagens de indivíduos que doaram ao Império, que constam como anexo de relatório do Ministério da Guerra.²³ Mesmo sendo possível encontrar a documentação administrativa que tratou das

mulheres doando fardamentos, no espaço público de agradecimento e visibilidade desses agentes, elas ficaram silenciadas. A segunda consideração segue um caminho semelhante. Ainda que as mulheres estivessem atuando no fornecimento para a (e portanto na) guerra, transpondo os limites do âmbito privado, elas o faziam em parâmetros considerados femininos. Ou seja, por mais que ocorresse uma flexibilização dos papéis sociais de gênero, seus limites são bastante marcados.

A distribuição de costuras

Além das doações trabalhadas acima, outra forma de atuação de mulheres junto ao Arsenal de Guerra foi através da distribuição de costuras, algo que era bastante comum no Arsenal da Corte, mesmo em contextos de paz (CASTRO, 2017). Dentre as menções encontradas acerca desta prática para o AGPA, escolhemos um documento que nos possibilita tecer algumas análises. Trata-se, na verdade, do livro de registro das correspondências enviadas pelo presidente da província para o Arsenal de Guerra. Neste registro consta o seguinte:

novamente insisto na ordem expedida para distribuir costuras deste arsenal até pelas cidades ou povoações mais próximas da capital para onde hajão frequentes e faceis communicações, a fim de por essa forma mais promptamente ser manufacturado todo o fardamento de que se tem urgente necessidade o arsenal. Recommendo a V Ex que na distribuição dessas costuras haja muito escrupulosa fiscalisação para não acontecer serem monopolisados por poucas pessoas, devendo ter preferencia para ellas, as viuvras e orfãos de officiaes do exercito e da guarda nacional e as familias destes que estiverem destacadas.²⁴

Para os objetivos deste trabalho, os principais elementos a serem destacados são a ordem de dar preferência à mulheres que sejam viúvas e órfãs de oficiais do Exército e da Guarda Nacional ou para mulheres que estejam com suas famílias no conflito. Esses aspectos são interessantes na medida em que podemos pensar o porquê dessas escolhas. Nesse sentido, é possível sugerir motivações de dois cunhos distintos, mas que não se excluem.

A primeira motivação poderia ser no âmbito do assistencialismo, face da instituição que é apontada por Adler Castro, tanto em sua tese mais geral sobre o Arsenal da Corte (2017), quanto em texto que aborda a Companhia de Menores

Aprendizes (2016). Para o autor, a Companhia do Arsenal da Corte

era uma ideia que tinha mais características de instituição de assistência social do que outra coisa qualquer [...]. No entanto, era uma instituição que se encaixava bem na política do Exército, de procura de autossuficiência, no caso, através da formação de mão-de-obra (CASTRO, 2016, p. 255).

Esse também para o caso da distribuição das costuras. Castro (2017) coloca o modo como os relatórios oficiais se utilizavam de linguajar sentimentalista para se referir às pessoas que recebiam os trabalhos. Isso pode denotar um viés assistencialista da instituição, entretanto, ele salienta que isto parece contraditório quando se percebe a longa demora em realizar os pagamentos das costuras.

Outra motivação que pode ser pensada para as escolhas contidas no documento estão menos relacionadas com a viuvez e mais próximas do falecido marido. Há a designação para que essas mulheres sejam viúvas e órfãs de oficiais, ou seja, não um soldado qualquer, mas alguém dotado de certo reconhecimento e prestígio, pelo menos no meio militar. Desse modo, isso pode ser pensado como uma preocupação com a credibilidade e consequente confiabilidade das mulheres que recebiam os materiais para realizar a costura dos fardamentos, ou seja, uma preocupação econômica.

Como mencionei, essas motivações não se excluem e são apenas sugestões apontadas pela análise aqui empenhada. De qualquer modo, podemos ver que o lugar social ocupado por algumas mulheres enquanto familiares de militares e, sobretudo de oficiais, pode ter influenciado no seu acesso ao trabalho. Novamente, o que vemos é o reforço do papel da mulher enquanto dotada de habilidade com as agulhas, sendo disponibilizada para ela, ao que tudo indica, somente o trabalho das costuras.

Considerações finais

Este texto foi elaborado com o objetivo de pensar a atuação feminina no Arsenal de Guerra de Porto Alegre a partir de uma análise de documentos oficiais. O que se evidenciou foi a dificuldade de trabalhar com a temática da história das mulheres na Guerra da Tríplice Aliança, mas também em outros contextos bélicos, sobretudo pelos silenciamentos e invisibilidades. Além disso, discutiu-se o papel das mulheres nos conflitos, passando pela questão dos papéis sociais de gênero e de como eles são construídos para as conjunturas belicosas.

Nesse sentido, este breve texto possibilitou discutir a flexibilização desses papéis estabelecidos, apontando momentos e circunstâncias onde os limites eram transpostos, mas, ao mesmo tempo, reforçados. Da mulher que está presente no campo de batalha, por vezes com armas em punho, mas também se encontra em atividades laborais em outros ramos da guerra, como é o caso da logística. Ou seja, da mulher que atua no espaço público do trabalho para o suprimento da guerra, mas tem, de forma geral, a sua atuação limitada a determinadas práticas ditas femininas, como as costuras.

Referências bibliográficas

CAPDEVILA, Lucas. Genre et armées d'Amérique latine. *Clio – Femme, Genre, Histoire, Dossiê Armées*, n. 20. pp. 147-168. 2004.

_____. Os gêneros da nação nas gravuras da imprensa de guerra paraguaia: Cabichuí e El Centinela, 1867-1868. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 9-21, jan.-jun., 2007.

CAPDEVILA, Lucas; GODINEAU, Dominique. Editorial. *Clio – Femme, Genre, Histoire, Dossiê Armées*, n. 20. pp. 5-14, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Brasileiros, uni-vos!. In: CARVALHO, J. M. *Forças armadas e política no Brasil*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Todavia, 2019. pp. 265-269.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Crianças na Guerra do Paraguai: os Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra. In: SQUINELO, Ana Paula. (Org.). *150 anos após - A guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. 1ed. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2016. pp. 207-231.

_____. *A Pré-indústria e governo no Brasil: iniciativa de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864*. 633 f. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/36928284/A_Pr%C3%A9-ind%C3%BAstria_e_Governo_no_Brasil_iniciativas_de_industrializa%C3%A7%C3%A3o_a_partir_do_Arsenal_de_Guerra_do_Rio_de_Janeiro_1808-1864>. Acesso em: 20/jun./20.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Tradução Maria Teresa Ramos. Preparação do original

Maurício Balthazar Leal. São Paulo: Martins Fontes, 1996. [1832].

COLLING, Ana Maria. As chinas gaúchas: a invisibilidade do feminino na Guerra do Paraguai. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS, XII, 2014. São Leopoldo/RS. *Anais do XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS*. Disponível em: http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405373398_ARQUIVO_Textoanpuhrs.pdf. Acesso em: 20/jun./20.

DIEHL, Isadora Lunardi. Experiências indígenas em ambientes urbanos: os índios em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS, XVI, 2018. Porto Alegre. *Anais do XVI Encontro Estadual de História ANPUH/RS*. Disponível em: http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1533600055_ARQUIVO_DIEHLanpuh2018EXPERIENCIAASINDIGENASEMAMBIENTESURBANOS.pdf. Acesso em: 20/ jun./20.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai*. 130 f. Dissertação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Dourados, 2002.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP-FAPESP, 2001.

FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Mulheres na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

_____. *Mulheres na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOLDSTEIN, Joshua. War and Gender. How Gender Shapes the War System and Vice Versa. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LAUX, Paola Natalia. Guerra e Logística: contribuições da Nova História Militar. In: BETT, Ianko; et. al. (Orgs.). *Anais do II Encontro de História Militar e I Colóquio do Grupo de Pesquisa em História Militar do MMCMS*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2017. pp. 166-180. Disponível em: <https://7899e1bd-10d8-4d12-8114-8103c389f42b.filesusr.com/ugd/c22102_fd449b10e9e645bfb5f5b3f37f9029af.pdf>.

Acesso em: 20/jun./20.

MORIN, Tania Machado. *Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa - 1789-1795*. 276f. Dissertação. Universidade de São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01022010-165929/publico/TANIA_MACHADO_MORIN.pdf>. Acesso em: 20/jun./20.

ORTOLAN, Fernando Lóris. *Sob o olhar da imprensa e dos viajantes. Mulheres paraguaias na Guerra do Paraguai. 1864-1880*. 260 f. Dissertação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2004

_____. *Dócil, elegante e caridosa. Representações das mulheres paraguaias na imprensa do pós-Guerra do Paraguai (1869-1904)*. 290 f. Tese. Universidade Federal do Paraná: Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2010. Disponível em:

<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24851/Tese;jsessionid=E98E38B866D9E6EE6AAEBD524B55F0C5?sequence=1>>. Acesso em: 20/jun./20.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

PROENÇA, Domício; DUARTE, Erico Esteves. The Concept of Logistics derived from Clausewitz: all that is required so that the fighting force can be taken as a given. *The Journal of Strategic Studies*. v. 28, n. 4, pp. 645-677. Londres, 2005.

RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas. Estado e nação nas trajetórias dos*

militares do Exército Imperial no contexto da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

RODRIGUES, Marcelo Santos. Mulheres sertanejas na Guerra do Paraguai. *Anais Eletrônicos do VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas*, 2004.

SANTOS, Jerlyane; MARIANO, Serioja. Heroínas anônimas: as mulheres na Guerra do Paraguai. In: SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS: CULTURAS, LEITURAS E REPRESENTAÇÕES, II, 2009. João Pessoa. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/gt1/12.pdf>>. Acesso em: 20/jun./20.

SANTOS, Maicon Lopes. “Úteis a si mesmos e a Pátria”: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850-1870). 125 f. Dissertação. Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7958/2/DIS_MAICON_LOPES_DOS_SANTOS_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 20/jun/20.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. v. 19, n. 37, São Paulo, set., 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>>. Acesso em: 20/jun./20.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. v. 20, n. 2, Porto Alegre, jul./dez., 1995. pp.71-99. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 20/jun./20.

SWAIN, Tania Navarro. Amazonas brasileiras, impossível realidade? *PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*. v. 2, n. 1, Brasília, 2007. pp.81-95. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/148/137>>. Acesso em: 20/jun./20.

TAUNAY, Visconde de. *A Retirada de Laguna*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1921. [1871]

ZAMBONI, Vivian. As mulheres paraguaias na guerra entre a Tríplice Aliança e o

Paraguai: a flexibilização das fronteiras de gênero (1868-1870). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS, XI, 2012, Rio Grande. *Anais XI Encontro Estadual de História, ANPUH/RS*. pp. 1191-1200. Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/18/1346362014_ARQUIVO_Artigo_ANPUH2012.pdf>. Acesso em: 20/jun./20.

Submetido em: 26/07/2020

Aprovado em: 22/08/2020

Publicado em: 01/10/2020

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

1 Doravante, o Arsenal de Guerra de Porto Alegre também será mencionado como AGPA ou Arsenal.

2 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). *Fundo Arsenal de Guerra*. Caixa 1, Maço 1. 1811.

3 AHRs. *Fundo Legislação*. Códice 53. Coleção de Leis do Imperio do Brazil, 1832.

4 As chamadas Companhias de Menores Aprendizes do Arsenal de Guerra, eram uma das esferas da instituição militar, funcionando dentro de suas dependências. Há registro desta prática nos arsenais da Corte (CASTRO, 2016, 2017), de Mato Grosso (CRUDO, 2005) e do Rio Grande do Sul (SANTOS, 2018). Ficava a cargo destas instituições ensinar as primeiras letras aos meninos, inseri-los na arte de algum dos ofícios disponíveis nas oficinas, além de prover alimentação, vestuário e alojamento.

5 Relatório apresentado á Assembléa Geral na segunda sessão da decima terceira legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868. p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1868_00001.pdf>. Acesso em: 20/jun./20.

6 *Idem*.

7 Importante ressaltar que, mesmo durante o conflito contra o Paraguai, o Arsenal de Guerra de Porto Alegre não fornece artigos somente para as tropas que se encontram em campo de batalha, mas também para o Corpo Policial, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e a Colônia Militar de Caseros, por exemplo.

8 Ainda que o AGPA realizasse, junto à negociantes e vendedores, algumas compras de armamentos e equipamentos, acreditamos que a maior incidência de fardamentos seja decorrente do fato de, apesar de ser um artigo militar, poder ser mais facilmente produzido fora das oficinas da instituição.

9 Relatório apresentado á Assembléa Geral na segunda sessão da decima terceira legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868. p. 22. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1868_00001.pdf>. Acesso em: 20/jun./20.

10 O uso da palavra *pátria* busca fazer referência aos discursos no sentido de doar ou voluntariar-se em sua defesa, como veremos adiante.

11 Tecemos essas considerações com base nos trabalhos publicados no dossiê *Armées*, da Revista *Clio – Femmes, Genre, Histoire*, organizado por Lucas Capdevila e Dominique Godineau, em 2004.

12 CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Câmara aprova inclusão de Jovita Feitosa no Livros dos Heróis da Pátria*. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/419361-camara-aprova-inclusao-de-jovita-feitosa-no-livro-dos-herois-da-patria/>>. Acesso em: 20/jun./20.

13 Cabe ressaltar que a denominação “patrono” é aqui utilizada em virtude da escolha do Exército Brasileiro em manter o substantivo em sua flexão no gênero masculino, mesmo para as mulheres.

14 Observamos que a documentação interna produzida pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre, ao que tudo indica, não foi preservada. Isso torna difícil apreender algumas questões da instituição, entre elas, um maior entendimento acerca da presença de mulheres atuando dentro das oficinas do estabelecimento militar.

15 AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Ofício enviado pelo Diretor do Arsenal de Guerra nº 84, de 09 de março de 1865. Em anexo, a requisição da Associação, enviada ao Arsenal de Guerra em 07 de março de 1865.

1BRASIL. Decreto n.º 367, de 17 de setembro de 1845. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18344/collecao_leis_1845_parte1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20/jun./20.

18 Para José Murilo de Carvalho (2019), a Guerra da Tríplice Aliança foi “o fator mais importante para a construção de uma identidade brasileira no século XIX”. Segundo o autor, ao contrário de outros marcos como a Independência e a Proclamação da República, que mobilizaram apenas parcelas da população, a campanha contra o Paraguai “colocou em risco a vida de milhares e combatentes, produziu um inimigo concreto e mobilizou sentimentos poderosos” (p. 265).

19 AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Ofício enviado ao Presidente da Província. 10 de março de 1865.

20 Segundo diversos relatórios presidenciais das décadas de 1850 e 1860, os asilos recebiam meninas expostas da Santa Casa de Misericórdia, crianças indígenas e meninas cujas famílias pagavam para realizar seu estudos na instituição. Esses dados aparecem nos relatórios pois esses estabelecimentos eram subvencionados pelos cofres provinciais e, comumente são descritos no bojo do assunto “Estabelecimentos de caridade” ou “Estabelecimentos pios”.

21 Quando o Asylo de Santa Leopoldina mudou-se da rua da Igreja para o Caminho Novo (ambos locais em Porto Alegre), para ocupar um prédio na chácara do Desembargador Manoel José de Freitas Travassos, as Irmãs da congregação optaram por não acompanhar a mudança. Com isso, o asilo passou a ter como regente Saturnina Coelho do Prado. Cf. Relatório apresentado á Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª sessão da 9ª legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, 1860. pg. 27. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1860_00001.pdf>. Acesso em: 20/mai./20.

22 Para Asylo de Pelotas: Idem.

Para Asylo de Rio Grande: Relatório apresentado pelo presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembleia Provincial, 1864. pp. 42-43. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1864_00001.pdf>. Acesso em: 20/mai./20.

23 Relação dos donativos feitos ao Estado para as despesas da guerra bem como para aquisição de Voluntario da Patria desde janeiro de 1865 até agora, de 20 de abril de 1866. Documento de 43 páginas anexo ao Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, de 14 de maio de 1866. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1866_00001.pdf>. Acesso em: 20/nov./19.

24 AHRS. Fundo A-4.07. Registro de correspondências enviadas pelo Presidente da província para o Arsenal de Guerra, em 08 de abril de 1865, folhas 80-81.